

ANEXO 15

GLOSSÁRIO

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE DESENVOLVIMENTO URBANO PARA REGENERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO e ANEXOS, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões listados abaixo, quando utilizados e redigidos em caixa alta ou com letras iniciais maiúsculas, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados, podendo ser utilizados tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACORDO TRIPARTITE	Acordo firmado entre agente fiduciário representando os FINANCIADORES, ou diretamente pelos FINANCIADORES, o PODER CONCEDENTE, a ARSESP e a CONCESSIONÁRIA, que disciplina a relação entre as partes visando à plena execução do CONTRATO, e a preservação dos interesses dos FINANCIADORES, nos termos do ANEXO 14.
ADJUDICATÁRIA	LICITANTE VENCEDORA à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, nos termos da legislação aplicável e do EDITAL.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta, federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios.
ADQUIRENTE(S)	Indivíduo ou família que preencha os requisitos de elegibilidade, indicado pelo PODER CONCEDENTE, e que venha a concluir o processo de aquisição de uma HABITAÇÃO
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	Organização privada dedicada à avaliação e qualificação de empresas ou governos, segundo respectivos graus de risco de não cumprimento de compromissos financeiros, como Fitch, Standard&Poor's ou Moody's.
AGENTE	Representante do conjunto de CREDORES, inclusive agente fiduciário, perante a ARSESP e o PODER CONCEDENTE, a quem cabe o exercício dos direitos e obrigações que lhe são conferidos pelo acordo a ser celebrado nos termos do ANEXO 14.
AGENTE FIDUCIÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, autorizada pelo Banco Central ou pela CVM, contratada e remunerada pela CONCESSIONÁRIA com a função de administrar e gerir: (i) a GARANTIA DA CONTRAPRESTAÇÃO prestada pela CPP para assegurar o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, nos termos da Cláusula 10.3 e seguintes do CONTRATO; e (ii) a garantia a ser prestada pela CDHU, para assegurar o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, do APORTE.
APOIO À GESTÃO CONDOMINIAL	Serviços de apoio à instituição, instalação, organização e administração dos CONDOMÍNIOS destinados a famílias ou indivíduos de Renda Familiar 01 – RF01 a renda familiar 05 – RF05, nos termos do CONTRATO, seus

	ANEXOS e legislação pertinente.
APORTE PÚBLICO ou APORE	Montante a ser pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA pela realização dos investimentos de IMPLANTAÇÃO, conforme regramento previsto no ANEXO 15.
APORTE PÚBLICO MÁXIMO	Valor máximo de APORE PÚBLICO indicado no EDITAL, sobre o qual poderá incidir desconto ofertado pelas LICITANTES em suas PROPOSTAS DE PREÇO.
ANEXOS	Conjunto de documentos parte integrante do EDITAL e do CONTRATO, conforme listagem.
ÁREAS PÚBLICAS	Áreas cuja titularidade será transferida ao município em decorrência do parcelamento do solo, consubstanciando-se em áreas institucionais e sistema viário.
ARSESP	Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, criada pela Lei Complementar nº 1.025/2007, que figura no CONTRATO na condição de interveniente.
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Etapa inicial da LICITAÇÃO, realizada no dia [--], em atendimento ao artigo 29, da Lei Estadual nº 10.177/1998, bem como ao artigo 39, da Lei Federal nº 8.666/93, para tornar público o modelo desta CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, esclarecer dúvidas e colher contribuições para a elaboração do EDITAL, CONTRATO e ANEXOS.
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	Processo de verificação de suficiência e qualidade das atividades desempenhadas pela CONCESSIONÁRIA correspondente à aplicação de um conjunto de critérios e especificações técnicas constantes do CONTRATO e ANEXO 05, referentes às metas de qualidade da execução das atividades objeto da CONCESSÃO, que serão utilizados para determinar a remuneração devida à CONCESSIONÁRIA
BENS DA CONCESSÃO	Todo e qualquer bem afeto ou associado à execução das atividades objeto da CONCESSÃO, cuja posse, guarda, manutenção, conservação e vigilância são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, incluindo: (i) bens caracterizados ou não como BENS REVERSÍVEIS; e (ii) bens repassados pelo PODER CONCEDENTE ou adquiridos ou incorporados por ação da CONCESSIONÁRIA.
BENS REVERSÍVEIS	São os bens vinculados à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, conforme disciplina da Cláusula Décima Terceira, que serão revertidos e/ou devolvidos ao PODER CONCEDENTE, por ocasião do término do CONTRATO, de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços.

BLOCO DE CONTROLE	Grupo de acionistas da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO que exerce poder de CONTROLE sobre a companhia.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica, nos termos da Lei Federal nº 12.529/2011, ou entidade que venha a substituí-lo.
CADIN ESTADUAL	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, instituído pela Lei Estadual nº 12.799/2008, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 53.455/2008, no qual se registra o nome das pessoas físicas e jurídicas que possuem pendências com os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de São Paulo.
CADMADEIRA	Cadastro estadual das pessoas jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira (Decreto Estadual nº 66.819/2022).
CAU/BR	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 905, de 1975.
CDPED	Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo.
CERTIFICADORA IMPLANTAÇÃO CERTIFICADORA	DA OU Empresa ou consórcio de empresas contratado pela CONCESSIONÁRIA, encarregada do apoio à ARSESP no acompanhamento e controle da IMPLANTAÇÃO, cabendo-lhe emitir certificações por meio de relatórios e laudos técnicos de aferição do cumprimento de todas as diretrizes constantes do CONTRATO e seus anexos, em especial o ANEXO 06, bem como das normas nacionais e internacionais, técnicas e métodos aplicáveis
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CGPPP	Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas
CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período quadrienal após o qual deve ser realizada REVISÃO ORDINÁRIA do CONTRATO, cuja contagem se inicia após o término da ETAPA PRELIMINAR e se repete até o fim do PRAZO DA CONCESSÃO.
COEFICIENTE DE MENSURAÇÃO ou CM	Coeficiente calculado por meio da medição dos INDICADORES DE DESEMPENHO previstos no ANEXO 05 para acompanhamento da qualidade dos serviços desempenhados pela CONCESSIONÁRIA.
COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO	Comissão instituída pela ARSESP com a finalidade de acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas prévias à devolução e/ou transferência dos BENS REVERSÍVEIS e do objeto da CONCESSÃO.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO	Comissão responsável pelo recebimento, exame e julgamento de todos os documentos licitatórios, e por conduzir os procedimentos relativos à LICITAÇÃO.
CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ou CONCESSÃO	Relação jurídica formada pela delegação das atividades objeto do CONTRATO, pelo PODER CONCEDENTE, com a interveniência da ARSESP, da CPP e da CDHU, à CONCESSIONÁRIA, nos termos, prazos e condições estabelecidas no CONTRATO e ANEXOS.
CONCESSIONÁRIA CONTRATADA ou	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, constituída pela ADJUDICATÁRIA, na forma de sociedade anônima, que firma o CONTRATO com o PODER CONCEDENTE, com a interveniência da ARSESP, da CPP e da CDHU, para executar o objeto da CONCESSÃO, segundo as leis brasileiras e nos termos do CONTRATO.
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.
CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	Documentos e respectivas condições observados e apresentados pelos participantes da Concorrência Internacional nº [•]/2023, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, na forma do EDITAL.
CONDOMÍNIO(S)	Edificações ou conjunto de edificações, de um ou mais pavimentos, instituído pela CONCESSIONÁRIA nos termos do artigo 1.331 e seguintes da Lei Federal nº 10.406, de 2002, e da Lei Federal nº 4.591, de 1964, e constituído por unidades autônomas, destinadas a fins residenciais ou não residenciais, podendo ser alienadas.
CONPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.
CONSÓRCIO	Associação de sociedades, fundos ou entidades com o objetivo de participar da LICITAÇÃO e, em sendo vencedora do certame, constituir-se em SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, segundo as leis brasileiras.
CONSULTA PÚBLICA	Etapa da LICITAÇÃO, realizada para divulgação da minuta de EDITAL, do CONTRATO e demais ANEXOS, bem como para o recebimento de sugestões dos interessados.
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA	Valor de contraprestação pública anual, conforme PROPOSTA DE PREÇOS ofertada pela CONCESSIONÁRIA quando da LICITAÇÃO, do qual será extraído, à razão de 1/12 (um doze avos), o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA mensal, para os fins da Cláusula Oitava do CONTRATO.
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MÁXIMA	Valor máximo anual de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA indicado no EDITAL, sobre o qual incidirá o desconto ofertado pelas LICITANTES em suas PROPOSTAS DE PREÇO.

CONTRATO	CONTRATO de CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, correspondente a um dos LOTES, tendo como objeto o desenvolvimento urbano para requalificação do centro histórico da cidade de São Paulo.
CONTROLADOR	Pessoa, natural ou jurídica, ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, que exercem o CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente.
CONTROLADORA DE DADOS PESSOAIS ou CONTROLADORA	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018.
CONTROLE	Observados os termos do artigo 116, da Lei Federal nº 6.404/1976, significa o direito de: (a) deter a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e (b) usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar.
CPP	Companhia Paulista de Parcerias, [●].
CREDORES	Conjunto formado pelos AGENTES e FINANCIADORES, incluindo os garantidores das operações e fiadores, relacionados nos documentos e contratos de financiamento.
CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	Cronograma de integralização do capital social da SPE, previsto no ANEXO 13.
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	Cronograma a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA na ETAPA PRELIMINAR, contendo o detalhamento dos investimentos previstos no CONTRATO, e daqueles incluídos em sede das REVISÕES ORDINÁRIAS e EXTRAORDINÁRIAS. Os valores totais dos investimentos no cronograma devem seguir aqueles indicados no EVTE ou nas correspondentes REVISÕES ORDINÁRIAS e REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, ao passo que a evolução da execução do investimento, com a distribuição própria ao longo dos anos contratuais, deve seguir o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO.
CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO	Cronograma a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA na ETAPA PRELIMINAR, contendo o detalhamento, por meio de marcos iniciais, intermediários e finais, expressando a sequência lógica de todas as etapas, com interdependência de atividades futuras e datas previstas para início e término de cada atividade antecedente e

	precedente, para cada um dos investimentos indicados nos ANEXOS 06 e 16.
CRONOGRAMAS	Conjunto formado pelo CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO e pelo CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.
DADO PESSOAL	Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	Data em que o CONTRATO foi assinado pelas PARTES.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Documentos que deverão ser apresentados pela LICITANTE no ENVELOPE de habilitação, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.
DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
DSV	Departamento de Operação do Sistema Viário.
EDITAL ou EDITAL DE LICITAÇÃO	O edital de Concorrência Internacional nº [●]/2024 e todos os seus ANEXOS.
EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS PRIVADOS NÃO	[●]
ENCARREGADO	Pessoa indicada pelo CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS e pelo OPERADOR DE DADOS PESSOAIS para atuar como canal de comunicação entre o CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS, os TITULARES DOS DADOS PESSOAIS e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
PROJETO CONCEITUAL	Documento elaborado pela CONCESSIONÁRIA, detalhando a intervenção a ser realizada contendo a concepção e o conjunto de informações técnicas iniciais e aproximadas, necessários à compreensão da configuração da obra relativo a cada um dos elementos relacionados, em especial os usos habitacionais e não habitacionais, a infraestrutura, áreas públicas, equipamentos estaduais e municipais, unidades habitacionais, indústrias, comércio e serviços, demonstrando as etapas e fases de IMPLANTAÇÃO. projeto conceitual é destinado à, podendo incluir soluções alternativas.
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	Equipamentos destinados ao Poder Público e intervenções de caráter público a serem construídos ou requalificados pela CONCESSIONÁRIA, segundo o ANEXO 06.
ESPAÇOS LIVRES	Espaços de usos públicos integrados que abrangem áreas verdes e áreas de lazer, assim consideradas aquelas que tenham recebido tratamento urbanístico (áreas de uso público, jardins e praças), nos termos do ANEXO 06.

ESTADO	Estado de São Paulo, unidade territorial e administrativa da República Federativa do Brasil.
ETAPA DE IMPLANTAÇÃO	Período de execução do CONTRATO, iniciado com o encerramento da ETAPA DE LICENCIAMENTO, ao longo do qual é realizada a IMPLANTAÇÃO de investimentos, dentre os previstos no CONTRATO.
ETAPA DE LICENCIAMENTO	Período de execução do CONTRATO, iniciado com o encerramento da ETAPA PRELIMINAR, ao longo do qual são obtidos as licenças, autorizações e alvarás necessários ao início da IMPLANTAÇÃO de investimentos.
ETAPA DE SERVIÇOS	Período de execução do CONTRATO, iniciado com o encerramento da primeira IMPLANTAÇÃO de algum dos investimentos, dentre os previstos no CONTRATO, durante a qual são prestados os SERVIÇOS, ainda que concomitantemente à ETAPA DE IMPLANTAÇÃO de outros investimentos.
ETAPA PRELIMINAR	Período iniciado com a assinatura do CONTRATO, e ao término do qual inicia-se o cômputo do PRAZO DA CONCESSÃO, dentro do qual deverão ser desempenhadas as atividades descritas nas Cláusulas 6.3 a 6.5 do CONTRATO.
EVENTO DE DESEMBOLSO	Eventos descritos no ANEXO 15, evidenciados pelo efetivo cumprimento dos investimentos previstos como marcos para o pagamento de APORTE PÚBLICO, cuja execução pela CONCESSIONÁRIA ensejará o pagamento das respectivas parcelas de APORTE PÚBLICO.
EVENTO DE DESEQUILÍBRIO	Evento, ato ou fato, que desencadeia o desequilíbrio econômico-financeiro do presente CONTRATO, conforme Cláusulas Vigésima Primeira à Vigésima Quarta do CONTRATO, e que enseja a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
EVTE	Estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira, que apresenta os valores estimados e os anos contratuais dos investimentos, e que servirá de base para a elaboração do CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, apresentado pela CONCESSIONÁRIA nos termos regrados pelo CONTRATO.
FINANCIADOR PRINCIPAL	Investidor, banco comercial, banco de desenvolvimento, agência multilateral, agência de crédito à exportação, agente fiduciário, administrador de fundos ou outra entidade, isolada, sindicato ou quotista, que detenha prioritariamente os direitos emergentes da CONCESSÃO, nos termos do art. 28-A da Lei 8.987/95.
FINANCIADORES	Bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras

	entidades que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA ou representem as partes credoras neste financiamento.
FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO	A operação contratada pela CONCESSIONÁRIA, como devedora, para obter recursos de terceiros para a execução de suas obrigações contratuais, cujas obrigações de pagamento do montante principal da dívida tenham prazo médio de vencimento superior a 5 (cinco) anos.
FLUXO DE DESEMBOLSO DE APORTE	Projeção do pagamento das parcelas do APORTE PÚBLICO, apresentado pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com o CONTRATO, e aprovado pelo PODER CONCEDENTE
GARANTIA DA CONTRAPRESTAÇÃO	Garantia prestada à CONCESSIONÁRIA, que assegura o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA devida pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO.
GARANTIA DA PROPOSTA	Garantia de cumprimento da proposta a ser apresentada pelas LICITANTES, nos termos do EDITAL.
GARANTIA DE EXECUÇÃO	Garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO, a ser prestada e mantida pela CONCESSIONÁRIA, em favor da ARSESP, nos montantes e nos termos definidos na Cláusula Trigésima Terceira do CONTRATO.
GARANTIA SUBSIDIÁRIA	Garantia prestada pela CDHU, na condição de INTERVENIENTE, à CONCESSIONÁRIA, que assegura, subsidiariamente à GARANTIA DA CONTRAPRESTAÇÃO, o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA devida pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO.
GARANTIDORES	Companhias seguradoras autorizadas a funcionar e operar no Brasil e de porte compatível com o objeto segurado, que celebrem contratos com a CONCESSIONÁRIA necessários à cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das obras e prestação de serviços objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.
GESTÃO DA CARTEIRA DE MUTUÁRIOS	Serviços de habilitação das famílias cadastradas pelo PODER CONCEDENTE e de promoção das atividades relativas à obtenção, pelos ADQUIRENTES, dos financiamentos necessários à aquisição das unidades habitacionais ofertadas nos termos do CONTRATO.
GRUPO ECONÔMICO	Compõem o GRUPO ECONÔMICO da LICITANTE ou da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, do Código Civil, e do artigo 243, da Lei Federal nº 6.404/1976, e as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, administradores, exceto conselheiros de administração, gestores ou acionistas (com mais de 10% de participação) ou

	representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação jurídica para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
HABITAÇÃO	Edificação(ões), ou unidade(s) autônoma(s) integrante(s) de edificação(ões), destinada(s) ao uso residencial por parte dos ADQUIRENTES, além da exploração de atividades não residenciais, na forma disciplinada pelo CONTRATO.
HABITE-SE	Certificado de Conclusão de obra, emitido pela Prefeitura de São Paulo, que comprova a regularidade do imóvel construído.
HIS - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	Unidades habitacionais destinadas à população de renda familiar RF01 a renda familiar RF05, nos termos do CONTRATO, que deverão ser construídas nos termos do ANEXO 06.
HMP - HABITAÇÃO DE MERCADO POPULAR	Unidades habitacionais destinadas à população de RF6 a RF9, nos termos do CONTRATO, que deverão ser construídas nos termos do ANEXO 06.
IMPLANTAÇÃO	Atividades de arquitetura, engenharia e jurídicas necessárias ao cumprimento do objeto da LICITAÇÃO e do CONTRATO, compreendendo a elaboração, aprovação e licenciamento de projetos e execução das obras e serviços para construção de EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA PÚBLICA, EMPREENDIMENTOS NÃO RESIDENCIAIS PRIVADOS para comércio e serviços, HABITAÇÕES e demais itens constantes do ANEXO 06.
INCC	Índice Nacional de Custo da Construção, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).
INCIDENTE DE FALHA DE INTEGRIDADE	Significa a condenação, da CONCESSIONÁRIA ou de algum de seus diretores, administradores ou gestores, nesta qualidade, em processo administrativo de apuração de responsabilidade, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), do Decreto Federal nº 8.420/2015 e/ou do Decreto Estadual nº 60.106/2014; ou o acolhimento, há mais de 30 (trinta) dias, de (i) denúncia criminal por prática das condutas tipificadas nos artigos 332 e 333, do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), e/ou artigos 90 a 95 e 97, da Lei nº 8.666/93; ou (ii) de ação civil pública proposta nos termos dos artigos 9º e 10, da Lei Federal nº 8.429/1992, em todos os casos quando acompanhadas

	de indícios de autoria, materialidade e de lastro probatório mínimo das condutas que deram origem a tais procedimentos e sem que o prosseguimento de tais ações tenha sido obstado por decisão judicial definitiva ou acautelatória. Somente serão considerados, para fins desta definição, procedimentos em que a parte lesada seja a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, direta ou indireta, do Estado de São Paulo.
Ind-1a	Atividade industrial 1a, conforme definição do inciso V, art. 96 (“compatível com a vizinhança residencial”) e classificação de grupos de atividades do art. 102, ambos da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – LPUOS.
Ind-1b	Atividade industrial 1b, conforme definição do inciso VI, art. 96 (“não incômoda, compatível com a vizinhança residencial”) e classificação de grupos de atividades do art. 101, ambos da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – LPUOS.
INDICADORES DE DESEMPENHO	Conjunto de parâmetros, medidores da qualidade dos serviços prestados que contribuirão para determinar o COEFICIENTE DE MENSURAÇÃO nos termos do ANEXO 05.
INFRAESTRUTURA PÚBLICA	Obras e serviços de engenharia relativa a saneamento, transporte, energia e outros, compreendendo terraplenagem, drenagem, guias e sarjetas, redes de abastecimento e distribuição de água, redes e ligações de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, redes de distribuição de energia elétrica, telefonia e lógica, incluído o posteamento para iluminação pública, além de outros itens expressos no ANEXO 06.
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Qualquer instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, ou órgão análogo, quando se tratar de instituição estrangeira, que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.
INTERFERÊNCIAS	Instalações de utilidades públicas ou privadas de infraestrutura urbana, aéreas, superficiais ou subterrâneas, que interfiram ou sofram interferência, ou possam vir a fazê-lo, de forma direta ou indireta, em razão de atividade objeto do CONTRATO desempenhada pela CONCESSIONÁRIA.
INTERVENIENTE	ARSEP e CDHU.
INTERVENIENTE GARANTIDORA	Companhia Paulista de Parcerias.
INVENTÁRIO ou INVENTÁRIO DE BENS REVERSÍVEIS	Inventário dos bens, investimentos e obras a serem mantidos pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, composto pelo TERMO DE ARROLAMENTO

	DE BENS REVERSÍVEIS e pelo RELATÓRIO DE VISTORIA FINAL.
INVESTIGAÇÃO INDEPENDENTE	Atividade de investigação por entidade externa à CONCESSIONÁRIA, que não seja PARTE RELACIONADA e não esteja prestando ou tenha prestado serviços à CONCESSIONÁRIA nos últimos seis meses, para que apure, com independência técnica, sem a ingerência da direção ou demais empregados, colaboradores ou prestadores de serviço da CONCESSIONÁRIA, o envolvimento da CONCESSIONÁRIA, de forma direta ou indireta, na prática dos ilícitos mencionados na Cláusula 27.20 do CONTRATO.
IPCA/IBGE ou IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que venha a substituí-lo na hipótese de sua extinção.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
LICENÇAS AMBIENTAIS	Licenças ambientais emitidas por órgãos ambientais competentes, que devam ser obtidas pela CONCESSIONÁRIA.
LICITAÇÃO ou CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL	Procedimento administrativo consubstanciado na Concorrência Internacional nº [•]/2024, para seleção da CONCESSIONÁRIA que executará o objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.
LICITANTE	Sociedades brasileiras ou estrangeiras, fundos de investimentos e/ou entidades que, isoladamente ou reunidas em consórcio, que participam da LICITAÇÃO.
LICITANTE VENCEDORA	LICITANTE declarada vencedora por ter apresentado a proposta mais bem classificada e atendido a todas as condições do EDITAL.
LOTE	Lote composto pelos recortes territoriais de parcela do centro histórico do Município de São Paulo, compondo os limites territoriais nos quais serão realizados a IMPLANTAÇÃO dos investimentos e a prestação dos SERVIÇOS, conforme definido no ANEXO 06, observado o disposto na Cláusula 13.7 do CONTRATO.
LPUOS	Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
MANUTENÇÃO PREDIAL	Manutenção preventiva e corretiva dos elevadores, dos sistemas hidrossanitários e da rede interna de resíduos líquidos gordurosos (redes de água e esgoto), coberturas e telhados, e pintura das áreas comuns das edificações, sem prejuízo das obrigações legalmente previstas em decorrência das obras de construção, nos termos do ANEXO 07.
NBR	Norma Brasileira aprovada pela ABNT
nR1	Uso não residencial 1, conforme definição do inciso II, art. 96 (“compatível com a vizinhança residencial”) e

	classificação de grupos de atividades do art. 98, ambos da LPUOS.
nR2	Uso não residencial 2, conforme definição do inciso III, art. 96 (“tolerável à vizinhança residencial”) e classificação de grupos de atividades do art. 99, ambos da LPUOS.
nR3	Uso não residencial 3, conforme definição do inciso IV, art. 96 (“especial ou incômodo à vizinhança residencial”) e classificação de grupos de atividades do art. 100, ambos da LPUOS.
NEGÓCIOS PÚBLICOS	Potenciais ativos ou fontes de geração de receitas adicionais identificados pela ARSESP, pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, que possam ser explorados por meio de estruturas contratuais ou societárias, ou, ainda, a partir de ferramentas de direito societário e/ou de mercado de capitais, cuja proposição compreenda a participação do PODER CONCEDENTE, e preveja regras claras sobre a forma de atuação e as responsabilidades dos atores público e privado, além do compartilhamento dos riscos envolvidos e o das receitas estimadas.
NOTIFICAÇÃO DE ALERTA	Comunicado a ser expedido pela ARSESP ou pelo AGENTE, conforme o caso, sempre que ocorrer algum evento de alerta nos termos do ANEXO 14.
NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO	Notificação encaminhada pela CONCESSIONÁRIA à ARSESP comunicando a conclusão das obras e serviços construtivos relativos a um determinado EVENTO DE DESEMBOLSO, para fins de transferência da correspondente parcela do APORTE PÚBLICO, conforme previsto no ANEXO 15.
ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO	Valor correspondente a 0,5% (meio por cento) do faturamento anual auferido pela CONCESSIONÁRIA com a execução do objeto da CONCESSÃO, subtraídos os valores dos tributos incidentes sobre o mesmo, a ser pago à ARSESP em função das atividades de sua competência realizadas.
OPERADORA DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018.
PARCELA A	Um dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, é calculada na forma da Cláusula 8.3.2.1 em função do número de HIS 1 de RF e RF2 cuja IMPLANTAÇÃO foi concluída pela CONCESSIONÁRIA e aceita pelo PODER CONCEDENTE.
PARCELA B	Um dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, é calculada na forma da Cláusula 8.3.2.2 em função do número de HIS cujos SERVIÇOS tenham

	sido prestados adequadamente e aceitos pelo PODER CONCEDENTE.
PARCELA C	Um dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, é calculada na forma da Cláusula 8.3.2.3 em função do número de EQUIPAMENTOS PÚBLICOS cuja IMPLANTAÇÃO foi concluída pela CONCESSIONÁRIA e aceita pelo PODER CONCEDENTE.
PARTES	PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
PARTES RELACIONADAS	Com relação à CONCESSIONÁRIA, qualquer pessoa do seu GRUPO ECONÔMICO, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes.
PDE	Plano Diretor Estratégico.
PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, submetido à aprovação da ARSESP, dispondo sobre processo de desmobilização da CONCESSIONÁRIA ao final da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, a fim de viabilizar a reversão dos BENS REVERSÍVEIS e garantir a contínua e adequada prestação dos serviços.
PLANO DE SEGUROS	Documento contendo a relação de todos os seguros de contratação obrigatória, nos termos do CONTRATO e ANEXOS, cujas apólices deverão estar válidas e vigentes durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, e dos demais seguros que a CONCESSIONÁRIA pretende, a seu critério, contratar, sendo passível de revisão nos termos do CONTRATO.
PODER CONCEDENTE	O ESTADO DE SÃO PAULO, representado pela Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI
POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	Documento elaborado e aprovado pelos órgãos de administração da CONCESSIONÁRIA que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nos termos deste CONTRATO.
PRAZO DA CONCESSÃO	O prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir do término da ETAPA PRELIMINAR, prorrogável nas hipóteses previstas no CONTRATO.
PROGRAMA DE CONFORMIDADE	Programa a ser desenvolvido e implementado pela CONCESSIONÁRIA nos termos da Cláusula 27.13 do CONTRATO, contemplando mecanismos e procedimentos internos com regras de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
PROGRAMA DE PRIVACIDADE DE DADOS	Programa a ser desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA, que tratará do TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS e deverá ter o conteúdo mínimo descrito na Cláusula 19.3.3 do CONTRATO.

PROPOSTA DE PREÇO ou PROPOSTA	Proposta na qual foi apresentado o valor do desconto oferecido pela CONCESSIONÁRIA sobre os valores devidos pelo PODER CONCEDENTE, considerando a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MÁXIMA e o APORTE PÚBLICO MÁXIMO, para exploração do objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, conforme regramento no EDITAL.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentação necessária à comprovação de habilitação econômico-financeira para contratação com o PODER CONCEDENTE.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação técnica para contratação com o PODER CONCEDENTE.
REASSENTAMENTO	Deslocamento de pessoas ou comunidades, resultante da desocupação de áreas integrantes dos BENS DA CONCESSÃO, realizado por meio do pagamento de indenização por perda de bens ao custo total de reposição e outras formas de assistência.
RECEITA BRUTA	Compreende a somatória da RECEITA ACESSÓRIA bruta com as demais remunerações atreladas à CONCESSÃO, incluindo a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA e a receita obtida com a alienação ou aluguel de imóveis, previamente à incidência de quaisquer dos tributos incidentes sobre receita.
RECEITAS ACESSÓRIAS	Receitas alternativas, complementares ou acessórias, decorrentes da execução de atividades acessórias, ou de projetos associados, incluindo aquelas decorrentes da exploração e/ou alienação de áreas, nos termos do CONTRATO, excetuadas as correspondentes às de exploração ou alienação de HIS e de HMP, ÁREAS PÚBLICAS e EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
REFINANCIAMENTO DO FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO	A operação contratada pela CONCESSIONÁRIA que viabilize a redução dos juros, taxas e encargos devidos pela CONCESSIONÁRIA aos FINANCIADORES, através da: (i) alteração das condições de FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO em vigor; ou (ii) contratação de novo FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO, por meio de pagamento antecipado de FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO em vigor.
REGULAMENTO DA CONCESSÃO	Regulamento da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA nos termos do ANEXO 02.
REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	Atributo decorrente da apresentação e aceitação da documentação necessária à comprovação de habilitação fiscal e trabalhista para contratação com o PODER CONCEDENTE.
REINTEGRAÇÃO DE POSSE	Ação judicial que objetiva a restituição da posse de bem integrante do SISTEMA CONCEDIDO.
RELATÓRIO DE VISTORIA FINAL	Relatório elaborado ao final dos procedimentos de desmobilização, devolução e reversão dos BENS DA

	CONCESSÃO, descrevendo o estado dos BENS REVERSÍVEIS, bem como eventuais pendências de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.
REMUNERAÇÃO	Montante que a CONCESSIONÁRIA fará jus pela execução do CONTRATO, composto pela arrecadação da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, do APOORTE PÚBLICO e das RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos do CONTRATO e seus ANEXOS.
REPRESENTANTES CREDENCIADOS	Pessoas físicas autorizadas a representar os LICITANTES em todos os documentos e atos relacionados à LICITAÇÃO.
RESPONSÁVEL TÉCNICO	Pessoa física indicada para se responsabilizar, perante o PODER CONCEDENTE e a ARSESP, por atos praticados pela CONCESSIONÁRIA, mediante vínculo direto ou indireto, neste caso por intermédio de terceiro contratado ou pelo SUBCONTRATADO.
RESTAURO	Processo de recuperação e conservação da integridade física e histórica de bens, edifícios ou monumentos, a fim de garantir sua autenticidade, nos termos do ANEXO 06.
RETROFIT	Obras e serviços de engenharia destinados à recuperação, requalificação e adequação de imóveis, nos termos do ANEXO 06.
REVISÃO EXTRAORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, a pedido da CONCESSIONÁRIA ou por ato de ofício do PODER CONCEDENTE, mediante propositura da ARSESP, a fim de ajustá-lo às mudanças, alterações ou condições que venham a influenciar o cumprimento contratual, nos termos do CONTRATO, e recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, apenas cabível nas hipóteses excepcionais previstas no CONTRATO, em que não seja possível tratar a questão em sede de REVISÃO ORDINÁRIA.
REVISÃO ORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, realizada quadrienalmente, com o escopo de adaptar os INDICADORES DE DESEMPENHO, investimentos e PLANO DE SEGUROS, e quaisquer condições da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA às modificações que tenham sido percebidas neste período, a fim de recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no CONTRATO.
RF1	Faixa de renda da parcela da população integrante do público-alvo de HIS-1 com renda familiar dentro de faixa de renda indicada no ANEXO 08.
RF2	Faixa de renda da parcela da população integrante do público-alvo de HIS-1 com renda familiar dentro de faixa de renda indicada no ANEXO 08.
RF3	Faixa de renda da parcela da população integrante do público-alvo de HIS-2 com renda familiar dentro de faixa de renda indicada no ANEXO 08.

RF4	Faixa de renda da parcela da população integrante do público-alvo de HIS-2 com renda familiar dentro de faixa de renda indicada no ANEXO 08.
RF5	Faixa de renda da parcela da população integrante do público-alvo de HIS-2 com renda familiar dentro de faixa de renda indicada no ANEXO 08.
RF6	Faixa de renda da parcela da população integrante do público-alvo de HMP com renda familiar dentro de faixa de renda indicada no ANEXO 08.
RF7	Faixa de renda da parcela da população integrante do público-alvo de HMP com renda familiar dentro de faixa de renda indicada no ANEXO 08.
RF8	Faixa de renda da parcela da população integrante do público-alvo de HMP com renda familiar dentro de faixa de renda indicada no ANEXO 08.
RF9	Faixa de renda da parcela da população integrante do público-alvo de HMP com renda familiar dentro de faixa de renda indicada no ANEXO 08.
RF10	Faixa de renda da parcela da população integrante do público-alvo de HM com renda familiar dentro de faixa de renda indicada no ANEXO 08.
SAPAVEL	Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres.
SERVIÇO ADEQUADO	É o serviço que satisfaz às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, dentro dos melhores parâmetros de qualidade, valendo-se de todos os meios e recursos para sua execução, aos padrões e procedimentos estabelecidos no CONTRATO, àqueles determinados pelo PODER CONCEDENTE e pela ARSESP e nos termos da legislação e regulamentação vigentes, especialmente observando o artigo 6º, da Lei Federal nº 8.987/1995, e artigo 17, da Lei Estadual nº 7.835/1992.
SERVIÇOS NÃO DELEGADOS	Aqueles de competência exclusiva do Poder Público e que a CONCESSIONÁRIA poderá apoiar, conforme dispõe o CONTRATO.
SERVIÇOS DELEGADOS	Serviços a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA, incluindo a execução das atividades de apoio à GESTÃO CONDOMINIAL e à GESTÃO DA CARTEIRA DE MUTUÁRIOS, de TRABALHO TÉCNICO SOCIAL, de pré e pós-ocupação, e MANUTENÇÃO PREDIAL, nos termos do CONTRATO e do ANEXO 07.
SESSÃO PÚBLICA	Sessão pública presencial para recebimento dos envelopes e prática dos demais atos pertinentes à LICITAÇÃO.
SETOR CENTRO HISTÓRICO	Corresponde à base territorial do projeto de Parceria Público-Privada de Desenvolvimento Urbano e

	Habitação - Setor Centro Histórico da cidade de São Paulo, cujo perímetro está contido na Área de Intervenção Urbana do Setor Central (AIU-SCE), conforme definidos na Lei Municipal nº 17.844, de 14 de setembro de 2022 e no ANEXO 06.
SINAT	Sistema Nacional de Avaliação Técnica, inserido no Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H / Ministério das Cidades).
SMSUB	Secretaria Municipal das Subprefeituras.
SMT	Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito.
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO ou SPE	Sociedade anônima, constituída na conformidade da lei brasileira, com a finalidade específica de prestar os serviços públicos objeto da presente CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.
SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	Solicitação feita pela CONCESSIONÁRIA, sujeita, exceto nos casos previstos no ACORDO TRIPARTITE, caso seja assinado, à prévia anuência pela ARSESP, para a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE da SPE.
SPTRANS	São Paulo Transportes S.A.
SUB-SÉ	Subprefeitura da Sé, na cidade de São Paulo.
SUBCONTRATADO	Terceiro contratado à conta e risco da CONCESSIONÁRIA para execução de serviços afetos à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, sujeito à comprovação da experiência técnica exigida no EDITAL.
SUCESSORA	Concessionária, vencedora de processo licitatório já finalizado, que tenha por objeto, integral ou parcial, os BENS DA CONCESSÃO, compreendido pelo LOTE, ou órgão ou entidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, que suceda a CONTRATADA.
TERMO DE ACEITE	Documento por meio do qual a ARSESP declara o aceite das obras e investimentos, objeto da IMPLANTAÇÃO, que forem especificados.
TERMO DE ARROLAMENTO DE BENS REVERSÍVEIS	Documento contendo a relação dos BENS REVERSÍVEIS do CONTRATO após a conclusão da IMPLANTAÇÃO, que, somado ao RELATÓRIO DE VISTORIA FINAL, compõe o INVENTÁRIO, a ser mantido atualizado pela CONCESSIONÁRIA.
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO	Documento a ser assinado pelo PODER CONCEDENTE, pela CONCESSIONÁRIA, e pela ARSESP, em até 2 (dois) meses contados do fim do PRAZO DA CONCESSÃO, desde que cumpridas todas as condições determinadas no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, inclusive o adimplemento das eventuais indenizações, nos termos do CONTRATO.
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO	Documento a ser emitido com 18 (dezoito) meses de antecedência em relação ao fim do PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos da Cláusula 76.5 do CONTRATO, que deverá conter a situação dos BENS

	REVERSÍVEIS e a eventual necessidade de correções ou substituições, sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, bem como a previsão de treinamento de pessoal indicado pelo PODER CONCEDENTE, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento à CONCESSIONÁRIA, observados os termos das Cláusulas 76.4.2 e 76.5, bem como o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, nos termos previstos na Cláusula 76.1, todas do CONTRATO
TITULAR DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento, nos termos do artigo 5º, inciso V, da Lei 13.709/2018 e nos termos do CONTRATO.
TRABALHO TÉCNICO SOCIAL ou TTS	Compreende o TRABALHO TÉCNICO SOCIAL DE PRÉ-OCUPAÇÃO e o TRABALHO TÉCNICO SOCIAL DE PÓS-OCUPAÇÃO.
TRABALHO TÉCNICO SOCIAL DE PÓS-OCUPAÇÃO ou TTS DE PRÉ-OCUPAÇÃO	Elaboração de metodologias e execução de atividades de educação condominial, comunitária, social, ambiental e de geração de renda, a serem desenvolvidas pela CONCESSIONÁRIA junto aos ADQUIRENTES de RF01 a RF05, em processo de compra ou de mudança para as unidades, nos termos do CONTRATO e do ANEXO 07.
TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO	Consiste na transferência da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA a terceiros, mediante anuência prévia da ARSESP, nos termos do CONTRATO.
TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONÁRIO ou TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	Qualquer modificação de composição societária que implique modificação do CONTROLE, direto ou indireto, da CONCESSIONÁRIA, observada o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976.
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS ou TRATAMENTO	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
TRIBUNAL ARBITRAL	Tribunal arbitral para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem, nos termos do CONTRATO.
UNIDADE HABITACIONAL	Unidade Habitacional-UH destinada à população.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	Valor estimado do somatório dos investimentos previstos no EVTE.
VERIFICADOR INDEPENDENTE	Pessoa jurídica contratada pela CONCESSIONÁRIA, para exercer as atribuições previstas no CONTRATO e seus ANEXOS.